

ATA CACS FUNDEB N°001/2020– Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, as dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, no Gabinete da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia –SME, situado na Rua 226, número 794, número - Setor Leste Universitário em Goiânia – Goiás, iniciou-se a Sessão Plenária do CACS FUNDEB do Município de Goiânia, onde foi aferido e confirmado o quórum mínimo de presenças das Conselheiras e dos Conselheiros para abertura da mesma. Estiveram presentes: **Aguinaldo Lourenço Filho - Presidente; Katia Leite de Moraes Calile Coura – Vice Presidente;** Conselheiros Titulares: **Ludmylla da Silva Moraes, Mirelli Costa Davi, Paulo de Tarso Lêda Filho e Sonia Maria Mateus de Barros.** Também a participação do **Secretário Municipal de Educação e Esporte, Professor Marcelo Ferreira da Costa;** a Superintendente de Administração e Finanças da SME, Maria Aparecida B. dos Santos; a Gerente de Contabilidade e Tesouraria Kelly Rosa Borges; a Gerente de Planejamento e Ações Articuladas Caroline Araújo. Ainda o Secretário Executivo Jorge Ricardo Arantes Borges; e os apoios técnicos da Secretaria Executiva do CACS FUNDEB, Adrienne Carvalho Leles e Ângela Gomes Fernandes. O Presidente Aguinaldo agradeceu à participação dos presentes e apresentou ao Secretário e Conselheiros a pauta: 1- Abertura da Sessão e reapresentações dos participantes; 2 – Tema 1: Recursos do FUNDEB - Diálogos e proposituras de aprimoramento sobre as Prestações de Contas da SME ao CACS FUNDEB; 3- Proposta de realização de Palestra sobre a nova Legislação do FUNDEB e perspectivas para 2021; 4- Tema 2: Recursos do PNATE: Diálogo e proposituras sobre as Rotas do Transporte Escolar Rural e prestações de contas no SIGECON; 5 – Tema 3: Recursos do PAR: Diálogo e proposituras sobre os Projetos, Programas e Prestações de contas no SIGECON/SIMEC; 6 – Encerramento. O Presidente inicia a Sessão agradecendo ao Colegiado as presenças e desejou ao Secretário da SME um ano de dois mil e vinte profícuo para toda a gestão. Explicitou que ele e seus pares estavam ali presentes para que os mesmos pudessem expor suas reivindicações e também ouvir o Secretário Marcelo Ferreira sobre as questões relativas ao novo FUNDEB e ao mesmo tempo, colocar o CACS FUNDEB à disposição no sentido de somar forças, em prol da aprovação na Câmara Federal da PEC 1515, relativa ao novo FUNDEB. O Secretário de Educação agradeceu a presença dos Conselheiros e reafirmou o desejo da SME de continuar a ter no Conselho um aliado em busca de melhores condições para a Educação do Município de Goiânia. Iniciou informando sobre os principais aspectos e negociações para a aprovação do Novo FUNDEB e também da importância da discussão que tramita no Congresso Nacional, nos Órgãos Governamentais MEC e FNDE e nas Entidades de representações de âmbito nacional como o Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED; a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; o Fórum Nacional de Educação. Informa que todas as Instituições, Entidades e Órgãos estão discutindo com os parlamentares buscando fazer avançar as propostas: de incluir na cesta do FUNDEB os impostos sobre produtos e serviços; aumentar a complementação financeira da União no FUNDEB de 10% atualmente, para 40% em 10 anos, podendo ser negociado até 30%; Que o valor custo aluno seja calculado por cada município em função das variações e realidades locais; discutir melhor e amplamente o VALOR ALUNO ANO – VAA e o VALOR ALUNO TOTAL - VAT e ou o CAQ e CAQUI, como parâmetros de gastos e financiamentos do custo aluno qualidade nas escolas e por alunos. No cálculo atual, nem o Estado de Goiás e nem Goiânia, recebem nenhuma complementação, pois atingem a mais o valor mínimo anual. Na redistribuição dos recursos do FUNDEB no Estado, Goiânia recebe pela quantidade de alunos cadastrados no censo escolar. Em outros Estados,

**Conselho de Acompanhamento, Controle Social e Fiscalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação de Goiânia – Goiás - CACS FUNDEB - Lei Municipal N. 8.888 de 17 de março de 2010.**

existem municípios com poucos recursos próprios, que recebem alta complementação financeira da União. Informa da urgência de tais discussões no primeiro semestre de 2020, para haver tempo de aprovação da PEC 1515/2015, onde deve ser votada no Congresso Nacional a tempo para a inclusão do FUNDEB nas Leis ordinárias infra constitucionais, principalmente na LDO e LOA da União. Alega que é preciso ter uma ação supra partidária para acesso e convencimento dos parlamentares para a votação desse novo FUNDEB. O Programa Todos Pela Educação acredita que trinta por cento dos recursos federais seria suficientes para resolver todos os problemas financeiros da educação no país. Reafirmou que o FUNDEB precisará de novas Leis específicas para se sustentar. Relatou que há uma postura da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME de que cada segmento dialogue com suas bancadas e afins para demonstrar a importância da nova Lei do FUNDEB, expondo sua extensão e significado. Relatou que estava acontecendo uma reunião dos Prefeitos com o Ministério da Economia, para discutir a diminuição dos índices de reajustes salariais no Piso Salarial Nacional dos professores, no que a Conselheira Ludmylla fez o aparte: “Espero que isto não aconteça e, causa-me estranheza é se os recursos do FUNDEB aumentarem, porque o aumento de reajustes legais iriam impactar na folha?”. Retomando a palavra o Secretário da SME explicou que não é o caso de Goiânia e citou algumas cidades onde os recursos do FUNDEB não conseguem dar conta das folhas de pagamentos, o que leva a utilização da complementação com os recursos dos tesouros municipais, o que endivida, sobremaneira, os municípios. O Novo FUNDEB se propõe a resolver essas discrepâncias. A Conselheira Ludmylla lembra da PEC 1515 que torna o FUNDEB permanente e é a que mais se aproxima do que os gestores buscam, sendo possível um aporte para aumentar os recursos do FNDE/MEC. Professor Marcelo ressaltou que há muitos interesses envolvidos, citando o caso de Niquelândia e reforçou que se o Novo FUNDEB não for aprovado, muitos municípios irão parar. Lembrou ainda que no Brasil existe uma parcela de pessoas, que acreditam que vinte e cinco por cento dos recursos financeiros vinculados à Educação, constitucionalmente obrigatórios, seja muito e outros, que compreendem que é pouco. Ainda que, as Entidades Organizadas da sociedade devem acompanhar de perto esta tramitação da PEC 1515. Relembra a luta contínua da UNDIME, que até recebeu o Prêmio Darcy Ribeiro, em dezembro de dois mil e dezenove. Neste momento o Presidente CACS FUNDEB Aguinaldo, alega que o Secretário de Educação já contemplou o item quatro da pauta e sugeriu que seja observado demais itens e o tempo restante da reunião. O Conselheiro Paulo elogiou e agradeceu ao Secretário de Educação a disponibilização do tempo para receber o Conselho, ressaltando que se sente contemplado junto aos seus pares pelo aporte da SME para a análise das Prestações de Contas – PCs da SME – recursos do FUNDEB. A Conselheira Ludmylla elogiou as ações da SME no sentido de estar atendendo as reivindicações do CACS, relativas também ao Transporte Escolar Rural. Citou o caso do desmembramento da Rota da Escola Municipal José Carlos Pimenta; o caso da mãe que levava três crianças longe ao ponto de embarque e desembarque do transporte escolar, correndo riscos, e que, agora são buscadas próximas a residência. Destacou a atuação do CACS na pesquisa de satisfação dos usuários do Transporte Escolar, o que oportunizou subsídios para o conhecimento e intervenções no sentido de melhorar este atendimento. Ressaltou que a única dificuldade encontrada estava no atraso para o envio das PCs para que a Comissão de Análise Prévia e em tempo hábil para proceder tais análises, ficando acordado que a SME encaminhará com maior antecedência, como aprovado na Plenária anterior, no mês de dezembro de 2019. A Superintendente Financeira da SME informou que havia sido

